

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**
**PORTARIA Nº 345, DE 25 DE MAIO DE 2010**

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III e parágrafo único do Art. 54 da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, referente ao período de maio de 2009 a abril de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. RAIMUNDO FREIRE CUTRIM

**ANEXO**

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO DE 2009 A ABRIL DE 2010

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS		
	Últimos 12 meses		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>87.547</b>		-
Pessoal Ativo	72.346		-
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)			-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)			-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	72.346		-
<b>Pessoal Inativo e Pensionistas</b>	<b>15.201</b>		-
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)			-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)			-
Demais Despesas de Pessoal Inativo e Pensionistas	15.201		-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art.18 da LRF)			-
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>17.436</b>		-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			-
Decorrentes de Decisão Judicial			-
Despesas de Exercícios Anteriores	3.717		-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	13.720		-
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>70.110</b>		-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)</b>		<b>70.110</b>	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) <sup>1</sup>		468.699.862
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		0,014958
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	0,027892	130.730
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,026497	124.191

FONTE: SIAFI e COFIC/SOF/TSE

Valores referentes à Portaria STN Nº 287, de 19/05/2010

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

LEANA BATISTA NEVES  
Coordenadora de Orçamento e Finanças

FRANCISCO PETRÔNIO NEPOMUCENO LOPES  
Coordenador de Controle Interno substituto

Des. RAIMUNDO FREIRE CUTRIM  
Presidente do Tribunal

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO**
**PORTARIA Nº 171, DE 24 DE MAIO DE 2010**

O Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao período de maio de 2009 a abril de 2010, na forma do anexo a presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. EVANDRO STÁBILE

**ANEXO**

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO DE 2009 A ABRIL DE 2010

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em restos a pagar não-processados (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>60.731</b>	-
Pessoal Ativo	52.098	-
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)		-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		-
Demais Despesas com Pessoal Ativo	52.098	-
<b>Pessoal Inativo e Pensionistas</b>	<b>8.633</b>	-
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)		-
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)		-
Demais Despesas com Pessoal Inativo e Pensionistas	8.633	-
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)		-
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>12.069</b>	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		-
Decorrentes de Decisão Judicial		-
Despesas de Exercícios Anteriores	3.652	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	8.417	-
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I - II)</b>	<b>48.662</b>	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV)=(IIIa + IIIb)</b>		<b>48.662</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) <sup>1</sup>		468.699.862
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100		0,010382
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	0,018436	86.410
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%>	0,017515	82.093

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE

Valores referentes à Portaria STN Nº 287, de 19/05/2010.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Desembargador EVANDRO STÁBILE  
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

LUCIMAR KIYOMI ONO  
Diretora-Geral

TÂNIA YOSHIDA OLIVEIRA  
Secretária de Administração e Orçamento

VERA ANA OLIVEIRA DE ARAÚJO  
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria em Substituição Legal

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**
**PORTARIA Nº 72, DE 25 DE MAIO DE 2010**

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve: Tornar público, nos termos do Inciso III e parágrafo único do art. 54 da Lei Complementar Nº 101, de 4 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal, em anexo.

Des. SYLVIO BAPTISTA NETO

**ANEXO I**

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO DE 2009 A ABRIL DE 2010

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS
	(a)	(b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>153.001</b>	-
Pessoal Ativo	122.055	-